

A ESTRUTURA OCUPACIONAL DA AGRICULTURA GAÚCHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS

Severo Francisco Ilha Neto¹

Resumo

O trabalho analisa a distribuição da mão-de-obra agrária no Estado do Rio Grande do Sul a partir do censo agropecuário 1995/1996. Foram selecionadas as principais categorias do trabalho agrícola presentes no censo, como trabalho assalariado, o trabalho infantil, o trabalho feminino. Essas subcategorias foram investigadas dentro das três classes básicas que compõem a estrutura social da agricultura: a agricultura familiar, a grande burguesia agrária, a classe média agrária. As conclusões sugerem a abordagem ampla do trabalho familiar, para além das pequenas propriedades, como o trabalho familiar e comumente analisado pela sociologia rural.

Palavras-chaves: *demografia; censo agropecuário; ocupação; classe social*

THE OCCUPATIONAL STRUCTURE OF THE AGRICULTURE GAUCHA: AN ANALYSIS STARTING FROM THE DATA OF THE CENSUS IBGE - 1995-1996

Summary

The work analyzes the labor distribution in the State of Rio Grande do Sul - Brazil starting of the agricultural census 1995-1996 - IBGE. The main categories of the work agricultural presents were selected in the census, as: the work exclusively family; the salaried work; the infantile work and the feminine work. Those subcategories was investigated inside of the three basic classes that compose the social structure of the agriculture; family agriculture, the agrarian middle class and the great agrarian bourgeoisie. The conclusions suggest a wide abordagem of the family work in the agriculture for besides the analyses of the small property usually presented by the rural sociology.

Key words: *demography; agricultural census; occupation; social class*

¹ O autor é professor de Sociologia Rural do DEAER/CCR/UFSM - BR

1. Introdução

Desde a divulgação do último censo agropecuário, em 1985, o Rio Grande do Sul não dispunha de informações de caráter estrutural sobre seu setor agropecuário. Os dados do censo confirmam a tendência já observada em outros dados censitários e, igualmente, em outros países, do que poderia se denominar de declínio do sentido social da agricultura, expresso em processos sociais como a redução da população rural e agrícola, a elevação dos níveis de concentração fundiária, a redução e sazonalização da ocupação agropecuária, bem como fornecem outras importantes informações já presentes na reflexão sociológica da agropecuária. No presente trabalho, optou-se por uma caracterização da estrutura ocupacional da atividade agropecuária de acordo com delimitação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir de uma adaptação a um modelo teórico de estrutura de classes. O modelo de classes foi escolhido, assim, para servir de referência para algumas reflexões construídas a partir dos dados quantitativos oferecidos pelo censo, cuja coleta de informações, é útil lembrar, teve como período de referência 1º de agosto de 1995 a 31 julho de 1996.

2. Delimitações conceituais e metodológicas

A estrutura ocupacional básica, que no presente trabalho, será analisada a partir da natureza dos contratos agrários, será também adaptada ao modelo ocupacional adotado pelo Censo Agropecuário, cujos principais conceitos são transpostos a seguir:

Trabalho exclusivamente familiar - no relatório do censo, recebe a seguinte definição:

(...) O produtor ou administrador que é responsável pela direção do estabelecimento, recebendo quantia fixa ou cota-parte da produção, e os membros da sua família que ajudam na execução dos trabalhos sem receber qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados²

Trabalho contratado - composto por assalariados permanentes e temporários e ainda o trabalho por empreitada³. Deve-se alertar para o fato de

² Censo Agropecuário 1995/96 - Rio Grande do Sul p. 25

³ *Empregados permanentes* - pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantia fixa de produtos, inclusive

que a presente análise não inclui os dados referentes a outra condição de ocupação que não as acima citadas, como agregados e moradores e ocupantes, o que poderá dificultar a compreensão dos somatórios nas respectivas tabelas;

Trabalho infantil – reúne pessoas com até 14 anos de idade que trabalham no processo produtivo como contratados ou como membros familiares;

Trabalho feminino - contratado e familiar.

Essas categorias serão analisadas nas quatro classes básicas que formam a agricultura, que serão assim consideradas do ponto de vista conceitual:

- *Agricultura familiar* - para os limites da presente investigação, será considerada como agricultura familiar aquelas propriedades cuja área situa-se entre 0 e menos de 100 ha. Deve-se, no entanto, ressaltar que esse critério conceitual difere do censo agropecuário 1995-1996, que reconhece a existência de 362000 propriedades familiares no Rio Grande do Sul, distribuídas por todos os estratos fundiários, que empregam 1037424 pessoas. Para o censo, a agricultura familiar se faz presente em todas as classes, não sendo uma condição definidora de classe, como o é para a sociologia rural;

- *Classe média agrária* (média burguesia agrária) - representada por estabelecimentos cuja área encontra-se entre 100 a menos de 1000 ha, considerada genericamente no censo, por médios estabelecimentos⁴;

- *Grande burguesia agrária* - congrega propriedades acima de 1000 ha e não tem denominação específica no relatório do censo agropecuário;

- *Proletariado agrícola* - formado por todos os trabalhadores rurais assalariados (permanentes e temporários).

Após as delimitações conceituais básicas, parte-se para a análise, estabelecendo como referência inicial o perfil dos contratos agrários existentes na agropecuária, que se apresenta como o primeiro fator distintivo das grandes categorias contratuais (e, portanto, sociais). Essas categorias se apresentam, inequivocamente como um importante ponto de partida para a primeira classificação ocupacional da atividade agrícola.

os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas. *Empregados temporários* - pessoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas; *Parceiros* - pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta) e os seus familiares que o ajudavam na execução de suas tarefas;

⁴ Conforme classificação presente na p. 33, onde se encontra a interpretação dos resultados sobre a estrutura agrária.

3. O perfil dos contratos agrários: um ponto de partida

As categorias utilizadas na presente análise da estrutura ocupacional da agricultura gaúcha foram selecionadas junto ao Censo Agrícola 1995-1996 e servirão de referência para o prosseguimento da análise⁵.

Quanto aos contratos agrários, pode-se afirmar que existem, no Rio Grande do Sul, 57589 produtores que possuem contratos de arrendamento e que trabalham 3081429 ha em todo o território estadual. Porém, torna-se de fundamental importância destacar que, desse total, somente 26460 são exclusivamente arrendatários. Esse dado remete, então, à seguinte pergunta: quem seriam, então, os demais arrendatários, sob a classificação da condição do produtor? Observa-se que 30413 deles são proprietários que cultivam 1426903 ha. Portanto, a maior parte dos arrendatários já são proprietários rurais e se utilizam do arrendamento como forma de expansão territorial de seus cultivos. Além desses, 26417 são apenas típicos arrendatários (45,87% do total geral de arrendatários).

Existem ainda situações peculiares de arrendamento, como as que ocorrem na parceria, muito embora não tenham expressão numérica. Nessa situação, tem-se um número pouco significativo de parceiros que arrendam terras de terceiros, que seriam apenas 191 em todo o estado, ocupando 8622 ha em seus cultivos, dando uma média de 45 ha para cada parceiro que se utiliza do sistema de arrendamento. Os dados censitários revelam ainda que existem 468 ocupantes que se utilizam do arrendamento, cultivando uma área total de 5423 ha. Assim, os parceiros que se utilizam do arrendamento o fazem em pequenas áreas, o que permite supor que o arrendamento funciona para a parceria como um complemento de área e não como uma forma de de ascensão

⁵ Os conceitos do censo estão presentes no item "Conceituação das características divulgadas" (p.23-28). As categorias utilizadas na presente análise da estrutura ocupacional da agricultura gaúcha, selecionadas junto ao Censo Agrícola 1995-1996, que servirão de referência, serão as seguintes:

Proprietário - quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, são de sua propriedade (inclusive por usufruto, herança etc.).

Arrendatário - sempre que as terras do estabelecimento tenham sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços.

Parceiro - se as terras do estabelecimento forem de propriedade de terceiros e estiverem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultar a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida.

Ocupante - nos casos em que a exploração se processe em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

social, resultante de uma progressão contratual. Ou seja, pequenos parceiros e ocupantes geralmente não passam da condição de microarrendatários.

Tabela 1. Perfil geral das propriedades gaúchas quanto a condição do produtor.

Condição legal das terras	Condição do produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Próprias	357 187	-	-	-
Arrendadas	30 823	26 417	291	468
Parceria	17 823	347	22 782	489
Ocupadas	12 438	982	896	22 997

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Quanto ao perfil produtivo dos arrendatários, os dados mostram que 33 668 deles dedicam-se à lavoura temporária, enquanto 11285 dedicam-se à pecuária. Mas 10 750 arrendatários dedicam-se a atividades mistas (lavoura e pecuária) e 11 285 dedicam-se exclusivamente à pecuária⁶. No que diz respeito à estrutura agrária dos arrendamentos, pode-se afirmar que existem 17816 arrendamentos em propriedades de até 10 ha, que ocupam 67158 ha. Entre 10 e menos de 100 ha, temos 19969 arrendamentos, que utilizam área total de 588 098 ha. Portanto, pode-se concluir que a maioria dos contratos de arrendamento (83%) encontra-se na faixa de 0 a menos de 100 ha, ou seja, predomina em pequenas áreas. Entretanto, ocupa apenas 21,2 % da área agrícola total destinada a arrendamentos. Essa situação permite pensar que poucos arrendatários são responsáveis pela maior parte da área arrendada, enquanto a maioria dos contratos se verifica em pequenas parcelas. Existe, por conseqüência, um processo de concentração fundiária nos contratos de arrendamento no Rio Grande do Sul, semelhante ao que se verifica nas relações de propriedade.

E o arrendamento nas médias propriedades, ou, em outras palavras, e os médios arrendatários, tão importantes na expansão da rizicultura no Rio Grande do Sul? Os dados indicam que os médios arrendatários são em número reduzido, apenas 8915 contratos (15% do total existente no estado), mas que ocupam uma área de 1676856 ha, o que corresponde a 54 % da área destinada a arrendamentos no RGS. Especificamente, observa-se que a maioria dos médios arrendatários encontra-se na faixa de 100 a menos de 500 ha, pois são 7389 produtores (82,8%) que, de acordo com o censo, utilizam uma área de 1065272 ha (63,53% da área arrendada). Se tomarmos como referência o critério

⁶ Censo Agropecuário 1995/96 a p. 62 na tabela de número 10.

fundiário, teríamos, nesse, caso uma classe média-baixa na agricultura que se utiliza do arrendamento como forma de compensar as suas dificuldades econômicas e/ou fundiárias. São provavelmente arrendatários de forte tendência familiar que combinam a identidade familiar com o médio arrendamento capitalista. Seriam, pois, híbridos sociais? Essa é a pergunta que surge de forma espontânea, mesmo que os dados exclusivamente quantitativos do censo não indiquem claramente uma resposta.

Quanto ao número dos contratos de parceria, algumas considerações também podem ser feitas. Os parceiros são em número menor que os dos arrendatários, pois representam 41441 contratos identificados no censo agropecuário 95/96 (desses, 22 945 são exclusivamente parceiros) que ocupam 830 939 ha em todo o estado. Sob o aspecto produtivo, os parceiros dedicam-se prioritariamente à lavoura temporária (26346 casos), depois à pecuária (3284 casos) e a atividades mistas (9370 situações). Mas é interessante observar que mais da metade dos contratos de parceria são realizados entre parceiros, o que demonstra uma organização intracategoria para usufruto do fator de produção escasso: a terra. Nada menos que 22782 contratos do total da parceria (54,97%) são realizados por parceiros típicos (exclusivamente parceiros), utilizando 525717 ha, com área média de 23 ha para cada contrato estabelecido nessas condições. Temos ainda 17823 proprietários que recorrem à parceria para ampliar suas atividades, utilizando 2 659 ha, o que corresponde a 35,58% da área total envolvida em contratos de parceria. Seguem-se os arrendatários que se tornam parceiros, mesmo que sejam em número reduzido, apenas 347, ocupando uma área de 7763 ha. Nota-se que os arrendatários-parceiros exercem essa condição em uma área média de 22,37 ha, caracterizando uma relação que predomina na pequena agricultura familiar.

Quanto à estrutura fundiária, onde é exercida a parceria, pode-se afirmar que a absoluta maioria se encontra na pequena propriedade, ou seja, 39 836 contratos (96,12%), envolvendo 347321 ha, encontram-se em propriedades de menos de 100 ha. Apenas 1172 contratos de parceria (2,8%) encontram-se na médias propriedades, mesmo que utilizem um total de 159500 ha (19,19% da área total cultivada sob regime de parceria), o que demonstra que cada contrato envolve uma área média de 136 ha. Temos, assim, na agricultura gaúcha, um reduzido número de parceiros médios, o que relaciona a parceria com sua identidade histórica de sobrevivência fundiária da pequena agricultura.

Após a caracterização da natureza dos contratos agrários existentes na agricultura gaúcha, que são o primeiro indicativo presente no relatório do censo sobre a identidade ocupacional, se passará à etapa de quantificação e elaboração de um perfil numérico das ocupações, seguindo o modelo metodológico apresentado na segunda unidade da presente exposição.

4. A estrutura ocupacional da agricultura gaúcha: os dados básicos

O Estado do Rio Grande do Sul, conforme a PNAD-IBGE de 1996, possui uma população urbana de 7528023 pessoas e um contingente de 2040000 pessoas no meio rural. Segundo o censo agropecuário 1995-1996 do IBGE, o estado conta com 429958 propriedades, 357333 proprietários, 26460 arrendatários, 22945 parceiros e 23220 ocupantes. Essas propriedades ocupam 1377022 pessoas em atividades agrícolas, sendo 852102 homens e 524920 mulheres. Há também 140967 menores, 78015 do sexo masculino e 62952 do sexo feminino.

Das 429958 propriedades existentes no RGS, segundo critérios do censo agropecuário de 1995/96, há 362 029 estabelecimentos que não contratam ninguém, ou seja, que desenvolvem o trabalho exclusivamente com membros familiares (ver Tabela 2).

Tabela 2. Estabelecimentos que não contratam mão-de-obra na agricultura gaúcha.

Classes fundiárias	número estabelecimentos sem pessoal contratado	% de estabelecimentos sobre o total
0 a menos de 50 ha	330 815	76,94
50 a menos de 100 ha	19 443	5,37
100 a menos de 200 ha	7 289	2,01
200- menos de 500 ha	3 196	0,88
500- menos de 1000 ha	558	0,15
1000 ha em diante	176	0,04
Total de estabelecimentos	362.029	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

O quadro geral da ocupação agropecuária no Estado do Rio Grande do Sul pode ser interpretado a partir de uma classificação básica do perfil produtivo da atividade agrícola. Assim, quanto à identidade produtiva, o total de 429958 propriedades está distribuído da seguinte forma⁷:

⁷ Na exposição dos números, torna-se necessário esclarecer que 575 estabelecimentos não declararam as informações solicitadas, conforme a Tabela 10 (p. 62) do Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul. Além disso, 814 pessoas não declararam ocupação (ver p. 64 do censo). Também não foram computadas informações referentes a relações de trabalho que não as explicitadas em conceitos e metodologia.

a) Existem 199824 estabelecimentos que se dedicam à lavoura temporária, principal atividade da agropecuária gaúcha, ocupando 668034 pessoas (especificamente 416786 homens e 251238 mulheres).

b) Em segundo lugar, em ordem de importância numérica e ocupacional, 106281 propriedades dedicam-se à produção mista, empregando 338 048 pessoas, o que pode ser considerado um número expressivo do ponto de vista ocupacional.

c) Em terceiro lugar, a pecuária ocupa 91920 propriedades e que utiliza 266298 pessoas (173126 homens e 93172 mulheres) no seu processo produtivo.

d) Em quarto lugar, 18807 estabelecimentos dedicam-se às lavouras permanentes, ocupando 63032 pessoas em todo o Estado.

e) Em quinto lugar, destacam-se a silvicultura e a exploração florestal, que envolvem 7295 propriedades ocupando 21668 pessoas.

f) Em sexto e último lugar, tem-se a horticultura/viveiragem, que envolve 5002 estabelecimentos, ocupando 17381 pessoas⁸.

Em outras palavras, é analisando esses e outros números que se tentará uma interpretação, na medida das possibilidades, de algumas das principais situações sociais que envolvem a população ocupada na agricultura. Para tanto, julgou-se necessário estabelecer um quadro geral de distribuição da mão-de-obra agrícola em relação a uma estrutura de classes sociais, cujos limites conceituais foram estabelecidos nas delimitações conceituais e metodológicas. Em números gerais, pode-se estabelecer um quadro geral da estrutura ocupacional na agricultura gaúcha, onde se estabelecerá um ponto de partida para a análise das demais categorias, que são a ocupação familiar, a ocupação na classe média agrária e na grande burguesia agrária (ver Tabela 3). Na seqüência do trabalho, serão analisadas as características do trabalho contratado na agricultura, no que se refere à natureza e às peculiaridades do trabalho assalariado (permanente e temporário) nas três classes sociais existentes na agricultura. Posteriormente, será abordado o trabalho por empreitada e suas características, e, finalmente, a expressão numérica do trabalho infantil e do trabalho feminino.

⁸ Nas últimas posições, em termos de número de propriedades e importância ocupacional total, tem-se as atividades de Pesca e Aqüicultura, onde 155 propriedades ocupam 459 pessoas, e ainda a produção de carvão vegetal, onde 672 propriedades ocupam 2132 pessoas.

Tabela 3. Distribuição da mão-de-obra agrícola por classes sociais em relação à ocupação agrícola total no Rio Grande do Sul - valores absolutos e percentuais.

Discriminação / percentual	Classes sociais na agropecuária gaúcha			
	Agricultura Familiar (0 - menos de 100 ha)	Média Burguesia Agrária (100- menos de 1000 ha)	Grande Burguesia Agrária (1000 ha ou mais)	total ⁹
Total de propriedades p/ classe	395 584	30 727	3 630	429 958
Responsáveis e familiares	1 111 196 *	62 587	5 659	1 180 224
% de familiares sobre o total de ocupados na classe	92,20%	46,48%	15,53%	-
Assalariados permanentes	34 532	47 839	23 342	105 713
% sobre o total de permanentes	32,65%	45,25%	22,07%	100%
Somatório	1 185 991	129. 303	34 390	1 349 684
Total de ocupados na classe	1 205 126**	134 644**	36 438**	1 376 208
Total geral de ocupados na agropecuária/censo 1995/96				1 377 022
% de ocupados na classe sobre o total geral de ocupados	87,51%	9,77%	2,64%	99,9%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

* O Censo considera como propriedades exclusivamente familiares, 362000 estabelecimentos em todas as classes fundiárias que ocupam 1037424 pessoas. Na presente tabela, considera-se como predominantemente familiares as propriedades de até 100 ha, mesmo que possam contar eventualmente como mão-de-obra contratada, como indica a seqüência do quadro.

** número que inclui outras categorias como agregados e ocupantes que não estão computadas na presente análise.

4.1. A ocupação familiar na agricultura do Rio Grande do Sul

A maioria das 362029 propriedades dirigidas por responsáveis e familiares, ocupa 1037424 pessoas de um total geral de 1377022 pessoas ocupadas em atividades agrícolas em todo o estado. No entanto, torna-se importante ressaltar que, para os limites do presente trabalho, será considerada como propriedade familiar aquela com área de 0 a menos de 100 ha, mesmo que em alguns casos se admita o fato de que uma delimitação conceitual

⁹ Na coluna do somatório, constam os valores oficiais do censo, devendo-se somar o número de 575 propriedades que não declararam suas dimensões. Com esse acréscimo, o número total corresponderá àquele encontrado, que é o de 429958 propriedades, de acordo com o Censo Agropecuario 1995/96 do IBGE. A mesma situação vale para o somatório dos responsáveis e familiares, onde 782 pessoas não responderam ao censo. Somadas aos números obtidos se chegará ao dado oficial de 1180224 pessoas.

exclusivamente por área possa ocultar um relativo número de propriedades que utilizem alguma forma de trabalho assalariado.

4.1.1. A ocupação familiar nas propriedades de 0 a menos de 100 ha

A maioria desses estabelecimentos encontra-se na faixa de 0 a 50 ha, que engloba 330815 unidades produtivas (91,37% das unidades familiares). Na categoria entre 0 e 100 ha, esse número aumenta para 350258 estabelecimentos que ocupam 1180000 pessoas exclusivamente da família (637283 homens e 565688 mulheres) e que representam 96,74% das unidades familiares existentes em todo o Rio Grande do Sul. Em uma análise mais específica, observa-se que a maior concentração de mão-de-obra na agricultura familiar encontra-se na faixa entre 20 e menos de 50 ha onde se encontra 369876 pessoas correspondendo a 31,34% da mão-de-obra ocupada por responsáveis e membros não-remunerados em toda a agricultura do Rio Grande do Sul.

4.1.2. A ocupação familiar na classe média agrária (100 a menos de 1000 ha)

O trabalho familiar atinge também a chamadas médias propriedades. No estrato de terras entre 100 a menos de 200 ha, por exemplo, encontramos 7289 estabelecimentos que não contratam ninguém. Na faixa de 200 a menos de 500 ha, encontramos 3 196 estabelecimentos na mesma situação. E na faixa entre 500 a menos de 1000 ha, encontramos 558 estabelecimentos nessa condição. Em termos gerais, na faixa entre 100 e menos de 1000 ha encontramos 11043 estabelecimentos que não contratam ninguém fora do grupo familiar, ou seja, isso representa 35,9% dos estabelecimentos do total de 30727 estabelecimentos dessa faixa. Portanto, uma expressiva parcela das médias propriedades agrícolas também é operada exclusivamente pela força de trabalho familiar. Nessas propriedades existe um elevação na proporção de homens no trabalho agrícola em relação à proporção existente na faixa de 0 a menos de 100 ha. Temos, assim, 44 634 homens contra 17 853 mulheres, um número quase 2,5 vezes superior. Observa-se, portanto, a masculinização do trabalho agrícola nas médias propriedades, ao contrário do que acontece nas propriedades familiares até 100 ha.

Pode-se afirmar que, quanto menor a área, mais importante é a presença da mulher no processo produtivo, já que as áreas compreendidas entre 5 a menos de 10 ha possuem, respectivamente, 122837 homens contra 94394 mulheres, proporção essa que diminui conforme se aumenta a área da

propriedade. Ou seja, a masculinização do trabalho agrícola aumenta na medida em que diminui a presença familiar na atividade.

4.2. O trabalho contratado na agricultura

De acordo como censo agropecuário 1995-1996, o trabalho contratado na agricultura pode ser dividido em dois tipos: a) trabalho assalariado - existem dois tipos: permanentes e temporários; b) trabalho por empreitada, que pode ser definido como

*(...) serviço prestado ao estabelecimento para os trabalhos de preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita, limpeza de pasto e outros serviços mediante a contratação escrita ou verbal de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, sob cuja responsabilidade ficava o fornecimento de pessoal, ou de acordo com o contrato, a execução dos serviços, o fornecimento de máquinas, instrumentos, veículos e animais*¹⁰.

4.2.1. O trabalho assalariado permanente

De um total de 429958 propriedades, um número restrito conta com trabalho contratado, mesmo que nelas o trabalho contratado seja combinado com o familiar, pelo que se deduz dos dados. Do total de propriedades, 362029 são conduzidas por responsáveis e familiares envolvendo 1037424 pessoas. Apenas 67929 propriedades (15,79% do total) produzem com pessoal contratado (não exclusivamente), que envolve um contingente de 339598 pessoas ocupadas (não exclusivamente contratadas). Dessas, menos da terça parte é tipicamente assalariada, ou seja, existe um total de 105738 empregados permanentes residentes na agricultura, (87526 homens e 18212 mulheres). Portanto, um aspecto que subitamente se destaca é que a contratação externa envolve um número reduzido de propriedades, ou seja, menos da quinta parte das propriedades do Rio Grande do Sul utiliza-se de relações tipicamente capitalistas no processo produtivo.

¹⁰ Censo agropecuário do Rio Grande do Sul p. 25

4.2.2. O trabalho assalariado temporário

Existem 64 605 trabalhadores temporários registrados na agricultura do Rio Grande do Sul (59.973 h e 4.632 m) trabalhando na agricultura gaúcha. E em quais atividades estão esses trabalhadores?

Tabela 4. Número de trabalhadores sazonais por meses de emprego nas lavouras temporárias, pecuária e produção mista.

Meses	total de empregados	nas lavouras temporárias	na pecuária	na produção mista
janeiro	68 051	37 556	13 482	8 664
fevereiro	59 432	25 764	11 940	6 367
Março	47 684	21 146	11 814	5 416
Abril	50 078	25 056	11 079	7 583
Mai	44 925	20 614	12 371	7 732
Junho	30 099	10 914	10 536	4 206
Julho	28 591	9 048	10 642	4 368
Agosto	37 990	17 722	10 158	5 355
Setembro	41 997	19 855	11 616	6 058
Outubro	51 016	26 574	12 462	6 847
Novembro	66 940	36 105	15 655	8 282
Dezembro	93 538	52 853	18 224	12 330
Media	51 695	25 267	12 498	6 930

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

4.2.3. O assalariamento na agricultura familiar

Os dados revelam que muitos trabalhadores temporários, ao contrário do que se possa pensar, estão nas pequenas unidades de produção. Quanto aos temporários, pode-se afirmar que na faixa de 0 a menos de 100 ha encontram-se 36718 homens e 3545 mulheres, perfazendo um total de 40263 pessoas que trabalham temporariamente nesse estrato fundiário, o que representa 62,32% dos assalariados temporários existentes na agricultura gaúcha, que são 64605 pessoas. Portanto, a maioria dos trabalhadores temporários encontra-se na agricultura familiar, e, nas micropropriedades de 0 a 50 ha, encontramos 30505 trabalhadores temporários, o que representa 47,21 % do total de temporários.

Nas propriedades até 100 ha também estão presentes 25,61% dos empregados permanentes existentes na agricultura gaúcha. Logo, aproximadamente 1/4 dos empregados permanentes e 2/3 dos temporários da agricultura encontram-se nesse estrato fundiário, onde existe o predomínio absoluto da agricultura familiar. As microrregiões que menos empregam assalariados permanentes encontram-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. São elas:

Tabela 5. Principais microrregiões que menos empregam assalariados permanentes na agricultura gaúcha¹¹

Microrregiões	área agrícola (ha)	número de ocupados permanentes	número de ocupados temporários	Média de ocupados por área agrícola (ha)	
				Permanente	Temporário
Cerro Largo	174 270	587	1 346	0,003368	0,007723
Sananduva	239 463	682	692	0,002848	0,002889
Não-me-Toque	107 671	897	170	0,008330	0,001578
Soledade	271 112	870	1 049	0,003209	0,003869
Restinga Seca	208 884	916	1 649	0,004385	0,007894

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

4.2.4. O assalariamento nas camadas médias da agricultura

Entre a faixa considerada média (100 a menos de 1000 ha), encontram-se 47849 trabalhadores permanentes (39973 homens e 7876 mulheres), o que representa 45,25%, do total de assalariados. Isto é, praticamente a metade do assalariamento permanente encontra-se na média propriedade. Mas isso representa apenas 3,57% do total de ocupados na agricultura gaúcha (assalariados mais familiares). Especificamente dentro da média propriedade,

¹¹ **Microrregião de Cerro Largo:** compreende os municípios de Caibaté, Campinas das Missões, Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá.

Microrregião de Não-me-Toque: Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Não-me-Toque, Selbach, Tapera, Vitor Graeff.

Microrregião de Soledade: Barros Cassal, Fontura Xavier, Ibirapuitã, Lagoão, Mormaço, São José do Herval, Soledade, Tunas.

Microrregião de Sananduva: Barracão, Cacique Doble, Ibiacá, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Tupanci do Sul, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro.

Microrregião de Restinga Seca: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Ivorá, Nova Palma, Restinga Seca, Polesine, Silveira Martins;

verifica-se que, no estrato entre 100 a menos de 200 ha, existem 12695 assalariados (10785 homens e 1910 mulheres). Nas propriedades compreendidas entre 200 e menos de 500 ha há 19570 permantes (16116 homens e 3454 mulheres), sendo o estrato que mais ocupa mão-de-obra dentro dessa classe, já que, na faixa de 500 a menos de 1000 ha, encontramos 15584 trabalhadores.

Quanto ao trabalho assalariado temporário nas médias propriedades, há um número relativamente pequeno. Entre 100 e menos de 200 ha, encontramos 6087 trabalhadores temporários (5792 homens e 295 mulheres). Entre 200 e menos de 500 ha, 7980 trabalhadores (7523 homens e 457 mulheres), um número praticamente inalterado em relação ao estrato anterior. De 500 a menos de 1000 ha, tem-se 4810 trabalhadores temporários, o que representa apenas 7,44% do total de temporários na agricultura gaúcha presente nesse estrato. No geral, a chamada classe média agrária é responsável por 29,2% do assalariamento temporário na agricultura gaúcha.

4.2.5. O trabalho assalariado na grande burguesia agrária

Nas propriedades compreendidas entre 1000 e menos de 10000 ha, encontra-se uma presença pouco significativa do trabalho assalariado temporário. São 5389 trabalhadores nessa classe (5167 homens e 222 mulheres). Quanto ao trabalho assalariado permanente, há um total de 23342 pessoas trabalhando como assalariados permanentes na grande burguesia agrária, a maioria na faixa de 1000 a menos de 2000 ha. Nessa faixa trabalham 12781 assalariados, ou seja, há 54,75 % dos assalariados empregados na classe. Na faixa de 2000 ha a menos de 5000 ha temos 7926 trabalhadores, o que representa 34% dos assalariados na grande burguesia agrária. Em resumo, 88,45% dos assalariados da grande burguesia agrária encontram-se na faixa de 1000 a menos de 5000 ha, o que corresponde, em termos absolutos, a 20707 pessoas.

4.2.6. O trabalho assalariado: os principais municípios do RS

As microrregiões e seus principais municípios que mais utilizam mão-de-obra agrícola assalariada (permanente e temporária) no RS segundo o censo 1995/1996, em ordem de importância ocupacional, são as seguintes:

1º) *Campanha Ocidental* (12.139 permanentes e 2.698 temporários), formada pelos municípios (em ordem de importância ocupacional): Uruguaiana, Alegrete, Itaqui, São Borja, Quaraí, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Garruchos.

2º) *Vacaria* (6 600 permanentes e 4 201 temporários), formada pelos municípios de Vacaria, Bom Jesus, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Esmeralda, Campestre, Cambará do Sul, Jaquirana.

3º) *Campanha Central* (5 575 permanentes e 1 570 temporários), São Gabriel, Santana do Livramento, Rosário do Sul.

4º) *Caxias do Sul*, formada pelos municípios de Caxias, Farroupilha, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Antonio Prado, Nova Pádua, São Marcos, Carlos Barbosa, Santa Teresa, Veranópolis, Vila Flores.

5º) *Campanha Meridional* (4 890 permanentes e 1 366 temporários), formada pelos municípios de Dom Pedrito, Bagé, Lavras, Hulha Negra.

7º) *Santo Ângelo* (4 320 permanentes e 2 835 temporários), formada pelos municípios de São Luiz Gonzaga, Giruá, Bossoroca, Santo Antonio das Missões, São Miguel das Missoes, Catuípe, Entre-Ijuis, Santo Ângelo, Eugenio de Castro, São Nicolau, Vitória das Missoes, Dezesesseis de Novembro, Pirapó.

8º) *Cruz Alta* (4 202 permanentes e 2 173 temporários), formada pelos municípios de Cruz Alta, Santa Barbara do Sul, Jóia, Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Campos Borges, Alto Alegre.

9º) *Passo Fundo* (3 681 trabalhadores permanentes e 2 376 temporários), formado por 24 municípios, dentre eles Passo Fundo, Coxilha, Marau, Pontão, Santo Antônio Palma, Sertão.

10º) *Cachoeira do Sul* (3 375 permanentes e 2 589 temporários), formada pelos municípios de Cachoeira, Rio Pardo, Pantano, Passo do Sobrado, Paraíso, Cerro Branco.

4.2.7. O trabalho por empreitada

O trabalho por empreitada é geralmente desenvolvido no preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e limpeza. Pode ser definido

*(...) pela contratação verbal de terceiros (física ou jurídica) geralmente para fornecimento de pessoal, ou mesmo execução de serviços, ou, ainda, fornecimento de maquinarias, instrumentos e veículos, representando o processo de terceirização existente na agricultura*¹².

Existem 59 364 estabelecimentos que declararam utilizar serviços de empreitada nas atividades agrícolas. Observe-se que a grande maioria dos serviços de empreitada não é exclusivamente de mão-de-obra. Existem 41 791 propriedades (70,39%) que utilizam a empreitada na mão-de-obra e nas

¹² Censo Agropecuário 1995-1996 p. 25

máquinas. Do total de estabelecimentos que utilizam esse serviço, 23364 declararam empreitar os serviços de preparo do solo; 15903 declararam empreitar serviços de plantio; 5067 declararam realizar empreitada nos tratos culturais; 27118 realizam a colheita através de empreitada; e uma minoria realiza a limpeza de pasto utilizando esse serviço.

Quanto aos tipos de empreitada agrícola no RS, 17573 propriedades declaram empreitar somente mão-de-obra. E 41.791 estabelecimentos declaram empreitar mão-de-obra e máquinas. A empreitada também é realizada com grupos de pessoas relativamente pequenos. Cerca de 57816 estabelecimentos que utilizam nos serviços de empreitada, o fazem com grupos de trabalhadores que não ultrapassam 10 pessoas, o que representa 97% do total de estabelecimentos que utilizam essa forma de contrato.

4.2.7.1. A empreitada na agricultura familiar

A empreitada, ao contrário do que se possa pensar, está na pequena produção. Os estabelecimentos de 0 a menos de 50 ha que utilizam esse serviço são em número de 45 688, o que representa 76,9% do total de estabelecimentos que utilizam esse serviço.

4.2.7.2. A empreitada nas camadas médias (100-1000 ha)

Apenas 12,94% dos estabelecimentos (7 685) que realizam empreitada encontram-se nessa classe. A grande maioria dos serviços de empreitada concentra-se nos estabelecimentos de 100 a menos de 500 ha, o que compreende 5 946 estabelecimentos. Interessante observar que, nessa classe fundiária, 3 521 propriedades (45,81%) declararam utilizar a empreitada em outros serviços, que não o preparo do solo, o plantio, tratos culturais e a colheita.

4.2.7.3. A empreitada na grande burguesia agrária

Dos 59356 estabelecimentos que declaram utilizar serviços de empreitada, 1437 estão na grande burguesia agrária. Isso representa apenas 2,42% das propriedades que utilizam esse serviço, provavelmente pelo nível tecnológico dessa classe que permite realizar o conjunto de atividades necessárias às diversas etapas dos cultivos. Interessante ainda observar que, na grande burguesia, a empreitada está concentrada nas atividades de colheita e do

plântio, ao contrário da agricultura familiar, onde a ênfase da empreitada está na colheita e no preparo do solo.

4.3. O trabalho infantil na agricultura gaúcha

Nessa seção procurar-se-á analisar o trabalho infantil nas classes fundiárias, revelando os números absolutos¹³ de menores ocupados na agricultura familiar, na classe média agrária e na grande burguesia .

4.3.1. O trabalho infantil na agricultura familiar

Em toda a agricultura do estado do Rio Grande do Sul, temos um total de 140967 menores ocupados (entre trabalhadores familiares e assalariados, sendo 78015 do gênero masculino e 62952 do gênero feminino). Desse total, existe um número relativamente pequeno de menores trabalhando na agricultura gaúcha, 3692 menores (2111 masculino e 1581 feminino), segundo os dados oficiais do censo, o que corresponde, em termos percentuais, a 3,49% do total de assalariados permanentes existentes na agricultura gaúcha.

Os menores, exclusivamente trabalhando em explorações conduzidas por membros familiares, são 133709 (73896 meninos e 59813 meninas), o que representa um percentual de 94,8% do total de menores na atividade agrícola. Eles se encontram presentes nos cultivos temporários, que envolve 73560 menores (40530 meninos e 33030 meninas). A pecuária, por sua vez, possui 12173 meninos e 9719 meninas. Eles se encontram em explorações conduzidas diretamente pelos proprietários (62697 homens e 50401 mulheres); logo depois se encontram trabalhando entre os parceiros, onde são em número de 10264 (5640 meninos e 4624 meninas). No arrendamento, tem-se ainda a presença de 4717 meninos e 1297 meninas.

Quanto à estrutura fundiária na qual se insere o trabalho infantil, a maior parte dos menores encontra-se na pequena agricultura (total incluindo familiares ocupados, empregados temporários e permanentes). Entre 0 e menos de 100 ha encontra-se, por exemplo, um total de 1205126 pessoas ocupadas (familiares mais empregados). No total, na faixa de 0 a menos de 100 ha tem-se 133177 menores, (73607 homens e 59570 mulheres), o que corresponde a 94,47% do total de menores ocupados na agricultura gaúcha.

¹³ Para os efeitos dessa análise não se contará o trabalho infantil dentro da parceria e dentro do item outras condições (p.67, na tabela de número 12), já que o Censo Agropecuário oferece condições de se realizar o cálculo do número de menores nos itens referentes ao total ocupado, responsável e membros não-remunerados da família, empregados permanentes e temporários.

Em uma análise específica, observa-se que, na faixa de 0 a menos de 10 ha, há 51033 menores (28232 homens e 22801 mulheres). Entre 0 e menos de 20 ha, há 93330 menores, (sendo 51550 homens e 41780 mulheres), o que corresponde a 66,2 % do total de menores na agricultura. Sobre um total de 778606 pessoas ocupadas na faixa de 0 a menos de 20 ha, existem 93330 menores concentrados nessa faixa, representando um percentual de 11,98% de todos os ocupados. Além disso, esse número representa 66,2 % do total de menores na agricultura, o que indica que a elevada presença de menores nas atividades agrícolas esteja no trabalho familiar na faixa de 0 a 50 ha. Na faixa de 10 a menos de 100 ha, há um total de 82144 menores (45375 homens e 36769 mulheres).

Os menores ocupados na classe média agrária são em número relativamente reduzido, segundo o censo agropecuário 95/96. Entre 100 e menos de 1000 ha, há 6654 menores (3705 homens e 2859 mulheres). Especificamente entre 100 e menos de 200 ha, há 2912 menores (1666 homens e 1246 mulheres). Na faixa de 200 a 500 ha, há 2414 menores (1369 homens e 1045 mulheres). Entre 500 e menos de 1000 ha, a presença de menores diminui muito, havendo apenas 1238 menores (670 homens e 568 mulheres).

Finalmente, constata-se que, na grande burguesia agrária, especialmente entre 1000 e 10000 ha, tem-se igualmente a presença reduzida de menores ocupados, apenas 1105 menores (593 homens e 512 mulheres).

4.3.2. O trabalho infantil no trabalho contratado

Observou-se grande disparidade entre o trabalho infantil ocupado na agricultura e o trabalho infantil como contratado, possivelmente em função das restrições legais à contratação de menores de até 14 anos, o que induz os proprietários a não declararem o emprego de menores, mesmo que efetivamente o façam. Torna-se necessário ressaltar que, do total de 133177 menores ocupados, apenas 1398 são empregados permanentes (811 meninos e 587 meninas). E o número de menores temporários também é reduzido: apenas 207 menores (168 meninos e 39 meninas).

4.3.2.1. O trabalho infantil no conjunto do trabalho permanente

Do total, existe um número relativamente reduzido de menores trabalhando na agricultura gaúcha como assalariados permanentes. São 3 692 menores (2111 homens e 1581 mulheres), segundo os dados oficiais do censo, o que corresponde, em termos percentuais, a 3,49% do total de assalariados permanentes existentes na agricultura gaúcha.

Nas propriedades de 0 a menos de 100 ha, tem-se 1398 menores (811 homens e 587 mulheres) nessa condição, o que corresponde a 37,86 % dos menores assalariados na agricultura gaúcha. Na classe média agrária, aparece registrado um pequeno número de menores como empregados permanentes, sendo 1819 menores (1032 homens e 787 mulheres), o que corresponde a 49,26% dos menores assalariados em todo o estado. Entre 1000 a menos de 10000 ha a situação se repete, com um total de 467 menores (268 meninos e 199 meninas), significando 12,64% dos menores assalariados em todo o estado.

4.3.2.2. O trabalho infantil no conjunto dos empregados temporários

São 269 menores assalariados temporários registrados pelo censo (212 homens e 57 mulheres) trabalhando como assalariados temporários em todo o território gaúcho, em todas as classes sociais, o que corresponde a 0,41% dos temporários. Em uma análise mais específica, observa-se, nas propriedades de 0 a menos de 100 ha, um total de 207 menores (168 meninos e 39 meninas). Nas propriedades entre 100 e menos de 1000 ha, apenas 55 menores (38 meninos e 17 meninas). E nas propriedade de 1000 a menos de 10000 ha, esse número é insignificante, (6 meninos e 1 menina) registrados pelo censo, número esse que indica uma dificuldade em constatar a exploração assalariada do trabalho infantil, muito provavelmente por omissão de informação dos proprietários (ou seus representantes).

4. 4. O trabalho feminino na agricultura do Rio Grande do Sul

Sobre o total de 1377022 ocupados na agricultura, há 524929 mulheres, o que corresponde a 38,12% da ocupação agrícola no estado. Desse número, 62 952 são menores, o que corresponde a 4,57% do total geral de ocupados em atividades agrícolas. É preciso agora verificar como se distribui esse contingente feminino pelas classes sociais.

4.4.1. O trabalho feminino na agricultura familiar

A pequena agricultura familiar (até menos de 100 ha) é a que melhor combina o trabalho feminino com o masculino em toda a agricultura: 493417 mulheres para 686807 homens nessa classe social. Portanto, 93,9% das mulheres ocupadas em atividades agrícolas encontram-se na agricultura familiar, que possui também a maioria absoluta das jovens agricultoras, congregando 59813 meninas, ou seja, 95% das meninas agricultoras encontram-

se nas explorações do tipo familiar. De maneira geral, pode-se afirmar que, quanto menor a área, mais importante é a presença da mulher no processo produtivo, já que as áreas compreendidas entre 5 e menos de 10 ha possuem, respectivamente, 122837 homens contra 94394 mulheres, proporção essa que diminui conforme se aumenta a área da propriedade. Ou seja, a masculinização do trabalho agrícola aumenta na medida em que diminui a presença familiar na atividade agrícola.

4.4.2. O trabalho feminino na média exploração de caráter familiar¹⁴

Observa-se que 17953 mulheres encontram-se ocupadas em médias unidades familiares, o que corresponde a 3,63% do total de mulheres ocupadas em unidades de exploração familiar. Isso corresponde a somente 1,52% da ocupação exclusivamente familiar em todo o estado, permitindo supor que as médias propriedades rumam à masculinização do processo de trabalho, ao contrário do que se observa na agricultura familiar.

4.4.3. O trabalho feminino no trabalho agrícola contratado

Nessa seção serão observados os números do trabalho feminino na condição de contratadas permanentes e contratadas temporárias, que são as formas principais do trabalho assalariado na agricultura.

4.4.3.1. O trabalho assalariado feminino como trabalho permanente

Como assalariadas permanentes, as mulheres são 18 212 em todo o estado, o que corresponde a 17,22% da força de trabalho assalariada permanente na agricultura gaúcha. Dessas, mais da terça parte (7 450) encontra-se em explorações de até 100 ha. Nas médias propriedades, tem-se 7 866 mulheres como contratadas. Os números revelam um relativo equilíbrio no assalariamento permanente feminino entre a média agricultura e as explorações familiares, tanto que esses números caem significativamente na burguesia agrária, onde encontramos um número de 2866 contratadas.

¹⁴ São propriedades compreendidas entre 100 e 1000 ha, conduzidas por familiares.

4.4.3.2. O trabalho feminino como contrato temporário

Existe na agricultura gaúcha, um total de 4632 mulheres trabalhando como temporárias, (o que representa 7,16% da ocupação temporária total observada na agricultura), sendo que apenas 57 menores foram registradas nessa condição (70% delas encontram-se na agricultura familiar). No geral, elas estão distribuídas da seguinte forma: 3487 na agricultura familiar, 864 na classe média agrária e 223 na grande burguesia agrária.

5. Considerações finais

A partir da década de setenta, a estrutura tradicional da produção agropecuária do Rio Grande do Sul sofre transformações significativas, com a gradativa integração entre os seus diversos setores econômicos. O extraordinário avanço das lavouras de alto valor comercial invade as antigas áreas coloniais e posteriormente se expande sobre as áreas de pecuária tradicional extensiva, criando novos tipos sociais com base na produção mista (lavoura-pecuária), uma tendência que parece irreversível para a agricultura.

Mas, a partir dos anos 90, observa-se uma redução significativa nas áreas de lavouras em todo o estado. A soja, por exemplo, tinha área colhida de 3611032 ha em 1985 que se reduziu para 2403615 ha em 1996. Houve redução de área nas lavouras de feijão, mandioca, milho, soja, uva e trigo. Somente a rizicultura, a fumicultura, a cana-de-açúcar, a erva-mate expandem suas áreas no período 1985-1995. Como afirma o próprio censo, a queda de área foi acompanhada de redução nas produções¹⁵. O censo agropecuário 1995-1996 no Rio Grande do Sul mostra que continua a perda de áreas agrícolas para áreas urbanas, áreas de recreio rural, estradas e obras de infra-estrutura, na medida em que a área total dos estabelecimentos passa, em 1980, de 24,1 milhões de hectares (auge dos censos) para 21,8 milhões de hectares em 1995. Idêntico processo se observa em outras unidades da federação, conforme o IBGE¹⁶. Considerando-se que a redução das áreas de lavouras é um fenômeno nacional, pode-se fazer a hipótese de que essa retração estaria localizada nas áreas modernas (sul do país) enquanto os dados indicam que continua a expansão de cultivos nas áreas de fronteiras agrícolas.

¹⁵ Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, p. 39.

¹⁶ De acordo com a publicação Carta do IBGE, ano IV, n.54, existe um incremento na área total de cultivos em todo o país produzido pela expansão de pastagens, o que compensa parcialmente a forte redução da área de lavouras em todo país, que passam de 52,1 milhões de ha para 41,8 milhões de ha, tendo, portanto, uma redução de 10,3 milhões de ha.

Assim, uma análise geral dos índices produtivos indica que, nos estados do Sul, provavelmente esteja ocorrendo uma retração da média burguesia agrária ligada aos modernos cultivos de grãos face à crise econômica da agricultura que se instaurou desde a metade da década de oitenta. Mesmo assim, torna-se importante destacar que, em números absolutos, o Rio Grande do Sul é o quarto estado brasileiro em pessoal ocupado na agropecuária, absorvendo 7,59% da mão de obra agropecuária do país¹⁷.

No que se refere ao perfil evolutivo do responsável pela exploração, observa-se que aumenta a área de estabelecimentos explorados pelos próprios proprietários em detrimento da redução das antigas formas de arrendamento como a parceria, o colonato ou mesmo a ocupação irregular. O Rio Grande do Sul tende à formação de uma agricultura de produtores diretos. O arrendamento capitalista na agricultura (que é expressivo na rizicultura, por exemplo) também se reduz, tanto em números absolutos como em área de cultivo, já que os arrendatários passaram de 16,7% em 1970 para 11,2% em 1995, e sua área de cultivo passou de 10,7% para 8,7%, no mesmo período.

No aspecto fundiário, a comparação entre os dois censos mostra a redução na proporção, no número e na área dos estabelecimentos pequenos e a ampliação da proporção, do número e da área dos estabelecimentos médios (entre 100 e 1000 ha). A grande burguesia agrária gaúcha perdeu área para a classe média agrária, caracterizando um processo de realocação de terras a partir dos extremos, que converge lentamente para os estratos médios, demonstrando, ainda que preliminarmente, um tênue processo de descontração fundiária. Além disso, os dados mostram que existe um número considerável de médias propriedades que possuem um caráter estritamente familiar, ou ainda, mesmo que contem com trabalho assalariado, absorvem um número significativo de membros familiares¹⁸.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que a média propriedade também absorve mais de 45% do trabalho assalariado da agricultura gaúcha. É a classe social que melhor combina o trabalho familiar e o assalariado em toda a estrutura social da agricultura do Rio Grande do Sul. A presença de uma média propriedade familiar ambígua em relação à natureza do processo de trabalho sinaliza que existe a necessidade de novos paradigmas analíticos, diversos daqueles utilizados para explicar a natureza da pequena produção familiar. E considerando que a classe média agrária ainda não está caracterizada pela literatura sociológica no Rio Grande do Sul, a observação preliminar dos dados indica que a interrogação sobre a validade dos paradigmas analíticos torna-se

¹⁷ Segundo a publicação Carta do IBGE, ano IV, n.54, mar. 1999, p. 4.

¹⁸ Segundo os dados obtidos, cerca de 46,48% da ocupação existente nas médias propriedades é de caráter familiar. Além disso, nas propriedades entre 100 e 1000 ha, 11043 estabelecimentos não contam com trabalho contratado externo, o que representa 35,9% dos estabelecimentos médios em todo o estado.

vital para avançar na compreensão do processo de inserção social dos médios produtores no mundo do trabalho e da economia capitalista contemporânea.

Quanto ao pessoal ocupado na agricultura, os dados dos dois últimos censos mostram um significativo declínio do pessoal ocupado em atividades agrícolas no Rio Grande do Sul. De 1985 a 1995, passam de 1747932 pessoas para 1377022 pessoas, processo esse relacionado com a diminuição da área do segmento de lavouras temporárias e com o processo de modernização da agricultura gaúcha, que reduz as necessidades de mão-de-obra no processo produtivo. A maior parte da ocupação agrícola encontra-se no segmento de lavouras (temporárias, permanentes e horticultura), responsabilizando-se por 54,3% do pessoal ocupado na agropecuária e caracterizando, portanto, a ocupação rural como ainda essencialmente agrícola. A pecuária, nas suas múltiplas modalidades, utilizou apenas 19,3% da ocupação no período 1985-1995.

O censo mostra também que a ocupação encontra-se, predominantemente, na pequena propriedade, já que 1205126 pessoas (familiares e empregados) estão ocupadas em propriedades de 0 a menos de 100 ha; 52820 pessoas em propriedades de 100 a menos de 200 ha; e 51747 pessoas em propriedades de 200 a 500 ha. Apenas em propriedades de 0 a menos de 20 ha encontramos 778606 pessoas ocupadas. Os dados também revelam que o número de propriedades que conta com o trabalho contratado é pequeno. Tem-se, portanto, um número restrito de propriedades que estabelecem relações conceitualmente capitalistas na atividade agrícola, o que indica que a solução para os problemas ocupacionais da agricultura passa pela ampliação da base ocupacional, ou melhor, por uma redistribuição ampliada da ocupação, mais do que o simples aumento da ocupação por região ou mesmo por cultura agrícola.¹⁹

Na agricultura, nota-se, igualmente, que a organização do processo de trabalho estrutura-se, predominantemente, em pequenos grupos, já que 886 005 pessoas trabalham em grupos de até 5 pessoas; 402310 pessoas trabalham em grupos de 5 a 10 pessoas e um número reduzido, 48507, forma grupos de trabalho de 10 a 20 pessoas. Em resumo, quase a totalidade das pessoas ocupadas (1336822 ou 99,7%) formam grupos de, no máximo, 20 pessoas, que é a composição sob a qual se organiza o processo de trabalho na agricultura. Em outras palavras, a agricultura parece se caracterizar como um setor produtivo onde a expansão da área (expansão fundiária) não é acompanhada de uma expansão interna proporcional dos grupos de trabalho presentes na agricultura. Os dados permitem supor que a expansão da agricultura empresarial no estado parece não acompanhar o modelo fordista das grandes organizações urbano-industriais.

¹⁹ Apenas 15,79% das propriedades gaúchas contam com trabalho contratado externo segundo o censo agropecuário 1995/96 – IBGE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995- 1996, n. 22 - Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Carta IBGE*. Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, mar. 1999.